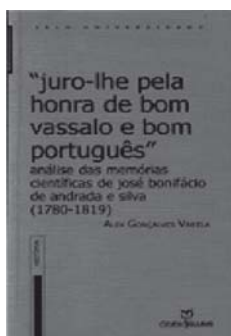


“Bom vassalo e bom português”: o naturalista e homem público José Bonifácio de Andrada e Silva

“Good vassal and good Portuguese”: José Bonifácio de Andrada e Silva, a naturalist and public figure

Clarete Paranhos da Silva

Professora convidada de História da Ciência e da Tecnologia no Labjor – Unicamp
Rua Culto à Ciência, 202/48
13020-060 Campinas – SP – Brasil
clarete@ige.unicamp.br



Gonçalves, Alex Varela.
“Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português”: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume, 2006. 270p.

Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819), de Alex Varela, é obra essencial para a compreensão mais abrangente da trajetória de José Bonifácio de Andrada e Silva, tratado pela historiografia brasileira como o “patriarca da independência”, mas praticamente esquecido como estudioso de história natural.

Grande parte dos estudos sobre José Bonifácio está centrada na sua atuação política no Brasil, depois do retorno de Portugal, em 1819. Na revisão bibliográfica que empreende na Introdução, Alex Varela cita alguns trabalhos recentes, porém ainda minoritários, que não separam os perfis de naturalista e homem público do personagem em questão. É esta linha que o autor segue em seu livro, que tem “como ponto central a não dissociação de seu perfil de filósofo e de homem público” (p.24).

Varela estuda a trajetória de José Bonifácio de 1780, quando inicia a formação na Universidade de Coimbra, a 1819, ano de retorno à América portuguesa, e enfatiza sua condição de homem público e estudioso ligado ao campo da história natural. Originalmente escrito como dissertação de mestrado, o livro insere-se no campo da história social das ciências, ao analisar os escritos científicos de José Bonifácio à luz do contexto histórico, científico e cultural em que foram produzidos.

O primeiro capítulo trata do Iluminismo no século XVIII, destacando a importância da história natural – de viés fortemente baconiano –, por meio da qual os estudiosos esquadriavam “o mundo natural de forma desapaixonada” (p.45). A seguir, alinhando-se explicitamente às teses clássicas de Francisco Falcon (1982) e Fernando Novais (1995), que apontam para uma ‘defasagem’ do reino português em relação ao restante da Europa, Varela tece considerações sobre alguns aspectos da Ilustração portuguesa.

No contexto da Ilustração, o marquês de Pombal, o todo-poderoso ministro de dom José I, é figura destacada pelo autor, já que lhe interessa de perto a reforma nos estudos realizada pelo ministro em 1772 na Universidade de Coimbra. Pela reforma foram criadas as Faculdades de Matemática e Filosofia, e a de Medicina foi reorganizada. Os incentivos pombalinos ao estudo da história natural refletiram-se também

na criação de diversos espaços de experimentação anexos à Faculdade de Filosofia, como o Museu de História Natural, o Jardim Botânico, o Laboratório Químico e o Gabinete de Física Experimental. Varela também aponta a Academia Real das Ciências de Lisboa como importante centro de assimilação e difusão dos ideais ilustrados pela sociedade portuguesa, e a respeito dela assinala o projeto de realizar um inventário da natureza do Novo Mundo, traduzido nas diversas viagens científicas que patrocinou.

Ainda com o objetivo de fornecer um quadro científico e cultural do período de seu estudo, Alex Varela aborda brevemente o reinado de dom João VI no Brasil, que proporcionou uma aceleração da vida cultural da Colônia, com a criação de diversas instituições científicas após a transferência da Família Real: “todas essas criações de dom João VI no espaço colonial, ou seja, cursos, instituições de ensino e pesquisa, hortos botânicos, bibliotecas, laboratórios, museu, imprensa, entre outros, contribuíram para acelerar ainda mais a inserção da colônia na atmosfera da Ilustração, consolidar o processo de renovação cultural e científica e de institucionalização das ciências no Brasil” (p.78). Na corte do Rio de Janeiro, o incentivo que os homens de governo davam aos estudos em história natural derivava do fato de que, em meio ao “clima de opinião” de então, considerava-se o domínio dessa área de conhecimento essencial para o desenvolvimento da sociedade e para a felicidade do homem.

No mesmo capítulo Alex Varela dedica alguma atenção aos primeiros anos da independência do Brasil e às tentativas de se fundar uma ‘ciência nacional’. Entre as instituições que participaram desse esforço, o Museu Imperial é salientado: “O Museu Real, que com a independência transformou-se em Museu Imperial, manteve-se em intensa atividade científica” (p.79) sob a proteção de José Bonifácio de Andrada e Silva e o entusiasmo da Imperatriz Leopoldina. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro passaria a ser um centro de convergência e, ao mesmo tempo, de divulgação de espécies botânicas para outras instituições do mesmo gênero, no Brasil e exterior. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criada em 1825 no contexto de consolidação da independência, tinha como objetivo promover o desenvolvimento e o melhoramento da indústria no Brasil imperial, sendo uma espécie de ‘consultora’ do Estado para manufaturas, fabrico de máquinas e exploração de minérios.

Segundo Alex Varela, nesses espaços institucionais o modelo científico vinha de fora, “mas o objeto de pesquisa era a natureza brasileira, que fornecia o elemento simbólico do que era realmente nacional e possibilitava o surgimento de uma ciência nacional, na medida em que estudavam e refletiam sobre algo que era especificamente nosso” (p.80). Percebe-se claramente aqui a influência teórica de Novais e Falcon no trabalho de Alex Varela. Falcon, ao falar do movimento ilustrado em Portugal, apresenta-o como uma “ideologia estruturada alhures e para ali transferida” (p.104). Afirma ainda a “dupla defasagem” da ilustração portuguesa pois, além de defasado em relação ao restante da Europa, o era também em relação à Espanha.. Daí que a Ilustração portuguesa, na visão do autor, “deveria constituir uma tentativa de superar rapi-

damente essas distâncias” (p.197), instalando a modernidade naquela nação.

Tal visão da Ilustração, que considera a existência de centros de irradiação (França, Inglaterra, Itália e Alemanha) e de países receptores e defasados (Portugal, Espanha, Suécia e Rússia, entre outros), acabou por influenciar a história das ciências em Portugal e no Brasil. Por essa perspectiva, ambos os países são apresentados como atrasados cultural e cientificamente em relação a outras nações europeias. Entretanto uma historiografia mais recente das ciências, fruto de estudos mais contextualizados, realiza uma ampla crítica dessa visão do ‘atraso’ científico e cultural de Portugal e Brasil. Ainda assim, alguns trabalhos importantes e relativamente recentes são ainda influenciados pelas teses de Novais e Falcon. Cite-se, entre outros, o trabalho de doutoramento de Oswaldo Munteal Filho (1998).

O capítulo 2 trata da formação e profissionalização de José Bonifácio. O autor discorre sobre o período em que José Bonifácio estudou na Universidade de Coimbra, onde recebeu uma formação típica do período da Ilustração: enciclopédica, pragmática e utilitária. Por aquela universidade Bonifácio recebeu, em 1787, o título de bacharel em Filosofia e Leis, formação que seria fundamental para a sua prática científica, caracterizada pela adesão ao enciclopedismo, pela ideologia científica do progresso, pelo utilitarismo e pelo pragmatismo, todos elementos marcantes do moderno pensamento científico europeu. Segundo as referências teóricas de Alex Varela, a formação de José Bonifácio e de outros naturalistas na Universidade de Coimbra reformada era parte do esforço de superação da defasagem portuguesa, via movimento ilustrado.

No mesmo capítulo Varela analisa a primeira memória científica que Bonifácio publicou na Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1790, *A memória sobre a pesca das baleias e a extração do seu azeite*, que fora ali apresentada em 1789 e possibilitou a admissão do naturalista à instituição.

Ainda no âmbito da formação e profissionalização de Bonifácio, o autor segue os passos do naturalista em sua viagem científica pela Europa Central e do norte – juntamente com Manuel Ferreira da Câmara e Joaquim Pedro Frago de Sequeira –, para a qual recebeu bolsa de estudos do governo português. Durante a viagem, José Bonifácio visitou minas, associou-se a diversas instituições científicas e frequentou cursos nos mais renomados centros de ciência da época, com ênfase nas áreas de geognosia e química. A viagem filosófica de Bonifácio complementou sua formação universitária e permitiu-lhe a especialização em mineralogia e metalurgia. Varela entende que, por outro lado, a viagem fazia parte de uma estratégia modernizadora do Estado português, que necessitava formar funcionários especializados para ocupar cargos públicos estratégicos. De fato, José Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara, ao retornarem, ocuparam cargos públicos no campo da mineração tanto em Portugal como na colônia portuguesa da América.

O capítulo 3 trata do papel de José Bonifácio na Ilustração portuguesa. Alex Varela afirma que, embora a viagem científica de Bonifácio

pela Europa tenha sido de extrema importância tanto para seu processo de formação como para o seu reconhecimento como importante naturalista em Portugal e nos meios científicos e universitários europeus, foi a sua atuação na Academia Real das Ciências de Lisboa que lhe abriu as portas para a carreira de filósofo natural. Naquela instituição José Bonifácio atuou como sócio e publicou diversas memórias científicas. Na análise dessas memórias, Alex Varela busca apreender, entre outros aspectos, os conceitos de ciência e de natureza presentes no pensamento de José Bonifácio, e conclui que o naturalista mostrou-se um homem conectado a seu tempo, ao apresentar a idéia de uma ciência que deveria ser útil ao Estado e à sociedade.

Outro objetivo de Varela ao debruçar-se sobre as memórias científicas de José Bonifácio em sua fase portuguesa foi mostrar que, naquele período em que o Estado buscava superar problemas, o econômico, o científico e o político se apresentavam de forma indissociáveis no pensamento do naturalista. Segundo palavras de Varela, “as Memórias publicadas eram parte de um planejamento estatal para superação da crise, o que mostra a tomada de consciência pelo autor da situação que Portugal se encontrava no momento, o que justifica a análise particularmente de cada uma das Memórias da fase portuguesa de José Bonifácio, observando como o econômico, o político e o científico são indissociáveis” (p.140).

É no quarto e último capítulo do livro que Alex Varela demonstra quão equivocada é a usual separação dos perfis de homem público e naturalista na trajetória de José Bonifácio. Além de atuar na Academia Real das Ciências de Lisboa e ter sido nomeado lente da cadeira de Metalurgia na Universidade de Coimbra, José Bonifácio acumulou cargos públicos estratégicos no contexto da Ilustração portuguesa, como os de intendente geral das Minas e Metais do Reino e administrador das Antigas Minas de Carvão de Barcos. Em geral, os homens que serviam ao Estado eram escolhidos entre aqueles com formação científica, o que, nas palavras de Alex Varela, “demonstra o reconhecimento do poder da ciência pelo Estado” (p.174). Com efeito, Bonifácio foi nomeado, em maio de 1801, intendente das Minas e Metais do Reino com a justificativa de que a viagem de dez anos pela Europa possibilitara ao naturalista reunir condições teóricas e práticas para o cargo. Uma carta régia de julho de 1802 associava a administração das matas e bosques à das minas, sob responsabilidade de José Bonifácio. Segundo Alex Varela “esse fato mostra a importância que o Estado português dava aos filósofos naturais, e, no caso em questão, a necessidade de minas e bosques serem regulados por princípios científicos, com o objetivo de promover a utilidade pública” (p.177).

No último capítulo, além de acompanhar as atividades de Bonifácio como intendente das Minas, Alex Varela analisa, com base em memórias do filósofo naturalista, o pensamento deste acerca de matas e bosques e sobre mineração e mineralogia. José Bonifácio defendeu, em suas memórias, a preservação das produções naturais do reino português e de suas colônias (matas, bosques, baleias etc.), o que levou alguns estudiosos a considerá-lo um dos precursores do pensamento ecológico. No entanto Alex Varela contrapõe-se a essa corrente, argumentando

que “o autor defendeu a preservação das produções naturais da colônia ... não com intuítos ecológicos atuais, ‘humanísticos’, mas no sentido de que o uso de forma mais racional dos elementos do mundo natural e a sua melhor produção poderia vir a gerar rendas para o Estado português e contribuir para o seu processo de industrialização” (p.96). Assim, as memórias de Bonifácio fornecem testemunhos do pragmatismo e do utilitarismo típicos do pensamento científico ilustrado.

A memórias de cunho mineralógico revelam que o naturalista cumpria um dos objetivos de sua função como intendente geral das Minas do Reino, que era o de ‘descobrir’ e apontar a melhor forma de aproveitar as riquezas minerais existentes em solo português. Assim, essas memórias, apresentadas à Academia Real das Ciências de Lisboa, tinham, para Alex Varela, caráter de relatório oficial dos resultados de sua atuação na intendência. É, portanto, na atuação de José Bonifácio como intendente das Minas que podemos notar mais claramente que o seu perfil do homem público é inseparável do seu perfil de filósofo natural.

Por fim, cabe observar que a obra mereceria uma edição mais cuidadosa. Há alguns erros de português, especialmente de concordância, que poderiam ter sido resolvidos com revisão de texto mais acurada. Em algumas passagens (página 80, por exemplo), as informações carecem de referências quanto às fontes. No entanto tais problemas, assim como as referências teóricas do autor – já bastante criticadas – não diminuem em nada o mérito da obra, que é de suma importância para os estudiosos da história em geral e da história da cultura científica em Portugal e no Brasil na transição do século XVIII para o século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- | | |
|--------------------------------|---|
| Falcon, Francisco
1982 | <i>A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada.</i>
São Paulo: Ática. |
| Munteal Filho, Oswaldo
1998 | <i>Uma sinfonia para o Novo Mundo: a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração brasileira no antigo sistema colonial.</i>
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. |
| Novais, Fernando
1995 | <i>Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).</i> 6. ed.
São Paulo: Hucitec. |

